CONAQ

CONAQ repudia assassinato de quilombola durante ação policial no Pará e exige investigação rigorosa e responsabilização dos envolvidos

Movimento cobra providências imediatas das autoridades estaduais e federais, proteção às famílias e lideranças ameaçadas e o fim da violência contra os territórios quilombolas.

No dia 13 de novembro, Luiz Souza de Brito, foi assassinado durante uma ação policial no território quilombola São José de Icatu, localizado no município de Baião, no nordeste do Pará, provocando profunda indignação e revolta. Diante da gravidade do ocorrido, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ manifesta seu mais veemente repúdio à violência que resultou na morte do quilombola e exige das autoridades competentes uma investigação rigorosa, transparente e célere, com a devida responsabilização dos envolvidos.

A morte de mais um quilombola em circunstâncias que envolvem agentes de segurança pública representa uma grave denúncia sobre a vulnerabilidade à qual estão submetidas as comunidades tradicionais brasileiras. É inadmissível que aqueles que deveriam garantir a segurança da população estejam envolvidos em episódios que resultam na perda de vidas quilombolas. O Estado tem o dever constitucional de proteger seus cidadãos, jamais de colocar em risco sua existência.

O assassinato de Luiz Souza de Brito ocorre em um contexto de ameaças, intimidações e conflitos territoriais historicamente enfrentados pela comunidade São José de Icatu. O território convive com pressões decorrentes da expansão do agronegócio, do avanço de monoculturas e de grandes empreendimentos que ameaçam os modos de vida tradicionais e a permanência das famílias em suas terras ancestrais.

Embora as circunstâncias da morte ainda precisem ser esclarecidas, ressaltamos que esse episódio não pode ser tratado com indiferença ou dissociado da realidade de violência estrutural, racismo institucional e insegurança territorial que atinge os povos quilombolas em diferentes regiões do país.

A vida quilombola não pode continuar sendo tratada como descartável. Defender o território não é crime. Existir, resistir e reivindicar direitos constitucionalmente assegurados não podem representar uma sentença de morte.

Diante da gravidade dos fatos, cobramos as seguintes providências urgentes do Governo do Estado do Pará, da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP, da Polícia Civil, do Ministério Público do Estado do Pará, do Ministério Público Federal e dos órgãos federais de proteção dos direitos humanos:

1. Investigação imediata, independente, imparcial e transparente das circunstâncias do assassinato, incluindo a apuração da atuação dos agentes policiais envolvidos na operação;
2. Responsabilização criminal e administrativa de todos os envolvidos, caso sejam comprovadas condutas ilícitas, assegurando que o caso não seja marcado pela impunidade;
3. Proteção urgente aos familiares da vítima, às lideranças quilombolas, aos defensores de direitos humanos e à comunidade São José de Icatu, com medidas efetivas de prevenção a novas ameaças, intimidações e episódios de violência;
4. Acompanhamento do caso pelos órgãos de direitos humanos e de promoção da igualdade racial, com participação das representações quilombolas e garantia de acesso às informações sobre o andamento das investigações;
5. Adoção de medidas concretas de enfrentamento ao racismo institucional e à violência policial, assegurando protocolos de atuação das forças de segurança que respeitem os direitos humanos, a organização comunitária e as especificidades dos territórios tradicionais;
6. Fortalecimento das políticas de proteção territorial e regularização fundiária, como instrumentos fundamentais para enfrentar conflitos, assegurar a permanência das comunidades em suas terras e prevenir novas violações.

Também exigimos que as autoridades esclareçam publicamente as circunstâncias da operação policial e garantam que as investigações considerem o histórico de conflitos e ameaças enfrentado pela comunidade, sem antecipar conclusões sobre as motivações do crime.

Não aceitaremos que a violência contra os povos quilombolas seja naturalizada, tampouco que a ausência de respostas institucionais contribua para perpetuar um cenário de medo, silenciamento e impunidade.

Neste momento de dor e indignação, nos solidarizamos com os familiares de Luiz Souza de Brito, com as lideranças e com toda a comunidade quilombola São José de Icatu. Reafirmamos nosso compromisso histórico com a defesa intransigente da vida, dos direitos humanos e dos territórios quilombolas.

Não há democracia enquanto vidas quilombolas continuarem sob ameaça. Não há justiça enquanto crimes contra nosso povo permanecerem sem respostas.

Exigimos justiça por Luiz Souza de Brito!

Basta de violência contra os quilombolas!

Vidas quilombolas importam. Nossos territórios são espaços de vida, não de morte!

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ

Brasília (DF), 16 de novembro de 2026.